

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE CIDADES: CONTRIBUTOS DE UMA ETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO INFORMAL DO ESPAÇO PÚBLICO

ANA MIRIAM

RESUMO

Este artigo incide sobre práticas e estéticas de produção informal do espaço público, na cidade do Porto. Enquanto formas de participação na construção da cidade, por parte dos residentes, estas práticas são analisadas à luz do conceito de direito à obra, de Lefebvre, e da sua proposta de reapropriação do espaço. O registo visual de ambientes urbanos e a escuta e interpretação dos discursos de moradores, permite resgatar estéticas e práticas em desaparecimento. Afirmando a relevância da cultura visual como ferramenta de participação, pretende-se contribuir para a inscrição destes repertórios visuais no imaginário político da cidade.

PALAVRAS CHAVE

Cultura visual; Direito à Obra; Participação; Cidade Informal.

ABSTRACT

This article focuses on practices and aesthetics of informal production of public space in the city of Porto. As forms of residents' participation in the construction of the city, these practices are analysed in the light of Lefebvre's concept of the right to the oeuvre, and his proposal for the reappropriation of space. The visual documentation of urban environments and the collection and interpretation of residents' discourses, enables the retrieval of disappearing aesthetics and practices. Affirming the relevance of visual culture as a tool for participation, we intend to contribute to the inscription of these visual repertoires in the city's political imaginary.

KEYWORDS

Informal Placemaking; Participation; Right to The Oeuvre; Visual Culture.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA REIVINDICAÇÃO REITERADA

A profissionalização e a industrialização da construção de habitação, que caracterizam o paradigma de urbanização moderno no contexto ocidental, foram reduzindo progressivamente o espaço disponível para o cidadão comum intervir na modelação do ambiente em que vive e na produção do espaço público. A partir da década de 1960, diversos autores, críticos do ideal de urbanização modernista, defenderam uma revisão dos papéis do arquiteto e dos habitantes na construção de habitação, fornecendo propostas que visavam garantir, de formas mais ou menos preponderantes, a participação dos residentes na construção das suas casas e dos seus bairros.

O pensamento de Lefebvre, em particular as suas conceptualizações de direito à cidade (1968, p. 139) e de produção social do espaço (1992), forneceram um enquadramento para muitas destas propostas, num projeto político mais vasto de reapropriação dos espaços e das cidades pelos cidadãos, que implica também uma revisão dos critérios que legitimam o direito de propriedade (Purcell, 2016). Destacamos igualmente a voz pioneira de Turner na defesa da centralidade do papel do habitante na produção de habitação (1972). No domínio da semiótica e dos estudos do comportamento ambiental, destacamos o trabalho de Rapoport (1990), sobre a importância da inscrição de significados próprios, por parte dos habitantes, nos ambientes construídos.

A exigência de participação cidadã nos processos de desenvolvimento urbano ressurgiu no contexto das atuais reivindicações pelo direito à cidade e à habitação, crescentemente comprometidos por processos de gentrificação ligados ao turismo de massas e à especulação imobiliária. Apresentando-se como mecanismos de participação, os processos de consulta pública são frequentemente criticados pela sua reduzida efetividade e percecionados como formas de legitimação de processos de desenvolvimento urbano *top down* (Crespo, 2004), ou mesmo como formas deliberadas de enfraquecimento do potencial democrático dos processos participativos (Krivý & Kaminer, 2013).

Se na década de 70, Turner nos dizia que as suas reivindicações eram recebidas como “disparates subversivos” (1972), no contexto ocidental atual, a construção informal (e em especial a possibilidade de autoconstrução) parecem definitivamente descartadas perante a naturalização de um entendimento da construção de habitação enquanto atividade exclusivamente profissional, altamente regulamentada (Rebelo, Alvelos, & Domingues, 2021).

O pensamento de Lefebvre continua a fornecer ferramentas de leitura particularmente pertinentes num contexto em que todas as vertentes em que o autor desdobra o conceito de direito à cidade parecem ameaçadas: o direito a condições de habitação dignas, para uma parte crescente da população urbana; o direito à centralidade, posto em causa também para as classes médias; e o direito de participação e mesmo de co-autoria, na produção e transformação dos bairros e das cidades, designado como direito à obra (Raposo & Jorge, 2017). Menos reivindicado, o exercício deste último direito é, no entanto, no contexto ocidental, um privilégio crescentemente exclusivo.

Este artigo concentra-se nesta última dimensão do direito à cidade bem como nas implicações estéticas e políticas de um paradigma de urbanização no qual a apropriação estética e simbólica do habitat pelos seus habitantes é remetida para o espaço privado. Argumenta-se que o espaço público, enquanto espaço discursivo, é entretanto dominado

¹ Para uma discussão mais detalhada destes temas ver: *Capitalist Visuality: Branding, Architecture, and Its Visual Reproduction. A Case Study in the City of Porto* (Rebelo, Alvelos, & Domingues, 2023).

por grupos económicos privados e, em menor grau, por instituições estatais e administrações locais, que neles inscrevem os seus próprios interesses (Sklair, 2006). Esta constatação ganha relevância num contexto em que o domínio do espaço público se estende ao espaço mediático, através da disseminação massiva de imagens de carácter promocional, que veiculam um modelo de desenvolvimento urbano baseado em lógicas de mercado¹.

A investigação na qual este artigo se insere desenvolve-se no plano das interligações entre as estéticas e semióticas da arquitetura e a imagem da cidade enquanto representação visual. Problematizam-se as hegemonias discursivas, afirmando a cultura visual e a produção de representações de cidade como ferramentas de participação na construção das cidades. Se o domínio do discurso arquitetónico e urbanístico, por um reduzido número de agentes, reduz a diversidade do universo estético e semântico no espaço público e no plano mediático, é crucial que outros atores contribuam para uma expansão do repertório visual disponível para ler a cidade contemporânea e a sua história e para a produção de imaginários alternativos. Nesse sentido, pretende-se contribuir para o resgate de estéticas e práticas relevantes em desaparecimento, através de um estudo etnográfico de ambientes urbanos em que ainda se observam processos informais de produção de arquitetura e espaço público.

UMA ETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO INFORMAL DO ESPAÇO PÚBLICO

Este artigo concentra-se num caso de estudo desenvolvido na cidade do Porto, relacionando-o com dados recolhidos e interpretados numa fase precedente, num território mais alargado. Nesta fase, de carácter exploratório, procedeu-se à identificação e registo fotográfico de práticas e estéticas de produção informal de espaço público, a partir do espaço doméstico. Estas compreendem um conjunto de diferentes formas de intervenção material no espaço público, feitas pelos habitantes, sem a mediação, autorização ou interferência de instituições reguladoras. A dimensão e o impacto destas intervenções são muito variáveis, da construção de habitação, à simples colocação de objetos no espaço público. Falamos de casas, de anexos, barracos, de muros e degraus, mas também de bancos, plantas e objetos, de abrigos para animais de rua, de caminhos de pé posto e da ornamentação de casas e espaços exteriores.

Para compreender esta diversidade de elementos, que constituem e caracterizam os ambientes construídos, recorreremos à classificação utilizada por Rapoport (1990), segundo a qual distingue: elementos fixos, que sofrem alterações lentas, como edifícios, ruas e elementos arquitetónicos; elementos semifixos ou móveis, que estabelecem configurações voláteis com os elementos fixos e entre si, como objetos utilitários e decorativos ou mensagens icónicas e verbais; e elementos não-fixos, correspondentes às dinâmicas dos corpos humanos. Concentramo-nos nos primeiros dois tipos de elementos.

Com o desenvolvimento do caso de estudo, pretendeu-se compreender estes espaços através dos discursos dos moradores e de uma observação sustentada dos lugares e das suas dinâmicas. A escolha das unidades de observação privilegiou assim a pequena escala e uma delimitação orgânica do território de estudo. Foram escolhidos dois lugares, que funcionaram como âncoras, a partir dos quais foram explorados as ruas e terrenos circundantes, numa lógica de deriva.

FIGURA 1 – Elementos arquitetónicos de produção informal.



Situados na freguesia de Campanhã, estes dois lugares são representativos da história da freguesia, muito marcada pelo período de desenvolvimento industrial e de afluência de população de origem rural e escassos recursos, a partir da segunda metade do século XIX. Uma parte muito significativa da habitação deste território foi construída para dar resposta a este movimento migratório, fornecendo soluções de habitação precárias, de acordo com a capacidade financeira da procura (Teixeira, 2018). Destaca-se o caso das Ilhas, tipologia endémica, caracterizada por pequenas casas térreas construídas no interior dos quarteirões.

Recentemente, esta zona da cidade tem registado um significativo investimento de reabilitação, em que o alojamento local tem uma expressão significativa, e está atualmente a ser alvo de um plano de regeneração urbana (Quartenaire, 2019), em que se incluem projetos municipais de grande escala como o Terminal Intermodal, o centro empresarial, cívico e cultural Matadouro, ou o projeto residencial do Monte da Bela, que pretende combinar habitação de “renda acessível”² e renda de mercado.

As conversas com vinte moradores incidiram essencialmente sobre três áreas de indagação: os processos de produção, as vivências e as perceções destes espaços habitacionais, por parte dos residentes. Procurou-se revelar diferentes temporalidades dos lugares através de memórias, episódios do quotidiano e expectativas sobre o futuro.³

“IR FAZENDO”: ESCASSEZ, PERMANÊNCIA, PERTENÇA E APROPRIAÇÃO

No território estudado, foram identificados vários casos de construção informal de habitação⁴, consistindo sobretudo em obras de ampliação. Consideramos intervenções promovidas pelos habitantes, de escalas diversas, da edificação de novos pisos à construção de pequenos elementos arquitetónicos, como portões, muros ou degraus. (Fig.1) O nível de envolvimento dos residentes também é variável: em alguns casos as obras são executadas pelos próprios, noutros participa-se em obras confiadas a profissionais, por vezes recorre-se à ajuda de amigos e familiares, outras a algum “biscateiro”, ou “habilidoso” conhecido.

O caso mais expressivo é o da casa de José e Fernanda Reis. José trabalhou vinte anos na construção civil, tendo sempre feito biscates por conta própria. Foi ele que construiu a maior parte da casa. Quando a alugaram, há cerca de quarenta anos, era uma casa térrea, inserida num correr de pequenas casas com acesso comum, numa rua sem saída, junto à linha do comboio. Uma placa à entrada indica o nome do bairro: “Bairro da Agra”.

² O Programa de Arrendamento Acessível destina-se agregados habitacionais com rendimentos médios (Sousa & Souto, 2021)...

³ A maioria das conversas informais tidas com os moradores não foi gravada, razão pela qual parte dos discursos é relatada em modo indireto..

⁴ Para uma definição contextual do conceito de construção informal ver: *The improvised city: contributions of informal dwelling towards an expanded paradigm of the metropolis. The case of Porto, Portugal* (Rebelo et al., 2021).

Apenas duas das casas do bairro mantêm a forma original. As restantes sofreram ampliações e obras de remodelação que acabaram por diferenciá-las de forma muito acentuada, conferindo ao bairro um caráter heterogéneo. Atualmente a casa de Fernanda e José tem três pisos, destacando-se pela altura e pela cor amarela. José sintetiza assim o processo de construção:

“A planta do piso tinha 6 por 6. Automaticamente tinha um pátio com 6 metros por 6. Quer dizer que eu aproveitei o pátio, ao fundo dos 12 metros criei um muro e fui buscar a placa da frente até lá fora. E ganhei mais espaço. Em baixo fiquei com 12 metros livres e em cima fiquei com 12 metros livres. Fiz (...) 3 quartos lá em cima e depois fiz as águas-furtadas. (...) O telhado era muito baixinho, depois levantei as empenas de lado, laterais e fiz um telhado mais alto, onde ando lá de pé. E tem uma varanda de cada lado.”

Este caso exemplifica de forma expressiva um modo de construção incremental frequentemente observado nestes lugares: as casas crescem à medida das necessidades e, sobretudo, das possibilidades dos residentes, ganhando frequentemente espaço interior à custa do espaço exterior, crescendo para os lados, mas também em altura. Este processo de “ir fazendo” foi um tema recorrente nas conversas com os habitantes. Álvaro, que encontrei a trabalhar com José na recuperação de uma casa do “Bairro da Linha”, explica:

“Gente pobre é assim, conforme ganha vai fazendo. É aos pouquinhos, mesmo. Se sáisse o Euromilhões, aí a gente... mas como não sai...”

No entanto, a conversa com Álvaro aponta ainda outras razões para o eternizar destes processos, que podem estender-se ao longo de várias décadas. Nas suas palavras, a casa surge como um projeto de vida:

“Casa pronta, homem morto. Nunca se deve acabar uma casa. Sempre em construção. (...) Você se chegar a casa de qualquer pessoa e perguntar: a sua casa está pronta? Não. Nunca está pronta. Há sempre qualquer coisa a fazer.”

José acrescenta:

“Quando é o próprio a fazer há sempre. Agora quando uma pessoa entrega a um empreiteiro e entrega chaves na mão.... Agora quando é o próprio a construir, tem gosto em andar devagarinho, a fazer...”

A vivência da pobreza foi um tema frequente nas conversas com os habitantes, sobretudo a que estes experimentaram e observaram na infância, mas em muitos casos, também a que continua a fazer parte das suas vidas. Frequentemente, a melhoria das condições laborais e financeiras traduz-se numa melhoria das condições de habitação, como nos diz Fernanda:

“Antigamente isto era uma zona muito pobre. Alguns arranjam trabalho na CP, nos correios e começaram a ficar melhor. Isto está diferente do que era.”

Fernanda viveu no mesmo bairro a vida toda: primeiro, num quarto alugado pelos pais, que assim que puderam fizeram desse espaço sala e cozinha e alugaram um outro espaço, noutra local, onde iam dormir. Era o mais barato que se arranjava. Mais tarde, mudaram-se



FIGURA 2 - Ilha com ampliações informais.

para a casa ao lado da que habitam atualmente. Como vimos, esta casa foi crescendo, ao longo de quarenta anos.

Os relatos de José e Regina, residentes numa ilha (Fig.2), não refletem uma evolução semelhante. São irmãos e vivem desde sempre com a mãe, numa casa em três partes. No espaço maior vivem a Regina e a mãe e é lá que fazem as refeições. A certa altura, subiram o pé direito do piso superior para se poder andar lá dentro, mas continuam a ter a casa de banho no exterior da casa. José vive num espaço à parte, pertencente ao mesmo senhorio, que consiste apenas num quarto e uma pequena sala à entrada. Gostariam de ter a casa de banho dentro de casa, mas não vêm como. Dizem-me que os senhorios não mexem em nada, e que “as pessoas fazem aquilo que acham conveniente para terem um mínimo de condições. Nós também temos que ir improvisando, de vez em quando.”

Costas com costas com a ilha dos irmãos, fica a casa de Mizé. O espaço que habita, com o marido, é constituído por três pequenos volumes com entrada independente, que já foram ocupados por diferentes famílias. Chegaram a viver a quatro apenas num deles, a pequena casa onde o marido nasceu. A possibilidade de ocupar novos espaços, levou a que a família abrisse uma janela virada para a rua, numa parede lateral da casa de origem, conferindo-lhe um estatuto ambivalente, entre empena e fachada. Recentemente pintaram toda a ilha da mesma cor. Foi o filho que a escolheu. Foi o Berto, vizinho do lado, que pintou. As pessoas que ocupam o espaço restante, tornado oficina, não se opuseram. A estética atual do conjunto reflete a plasticidade do processo através do qual foi sendo moldado, ao longo do tempo, segundo as necessidades e as possibilidades de quem a foi habitando e as oportunidades que se apresentaram.

Se as mutações descritas nestes diferentes casos, de maior ou menor dimensão, refletem as condições de escassez económica dos habitantes, também são produto do seu trabalho e das suas preferências e refletem frequentemente uma evolução das suas condições de vida. São também, em certa medida, obra sua. E pela sua dimensão pública, são também uma forma de exercício do “direito à obra”, reivindicado por Lefebvre enquanto direito à atividade participante na produção da cidade (1968). O entendimento destas práticas enquanto exercício de um direito que é hoje negado à grande maioria dos cidadãos - enquanto privilégio, portanto - parece colidir com a evidência da escassez dos recursos dos habitantes. No entanto, esta aparente contradição não deve impedir a perceção e a afirmação do valor das dinâmicas de apropriação e participação que estes mesmos espaços evidenciam e às quais dão corpo.

Outro dos temas mais relevantes evidenciado pela análise dos relatos dos habitantes, foi o da permanência. A maioria dos participantes vive nos mesmos bairros ou mesmo nas mesmas casas há várias décadas, ou mesmo desde que nasceram. Este tema interliga-se com o tema da escassez, quando é por falta de meios que as pessoas permanecem. A este respeito o discurso de Carlos reveste-se de ambivalência:

“Para mim já seria difícil dizer assim: olha queres ir viver para outro lado? Já sei que há melhores condições do que aqui. Mas a gente criou aqui aquele hábito, com os vizinhos e tudo, valemo-nos uns aos outros. (...) Não é que não se mudasse. Se fosse para melhor, prontos, depois a gente os vizinhos, vinha na mesma ver. Mas, já é aquela coisa que nasceu dentro de nós. E marca. Está bem marcado cá dentro.”

A permanência é condição para o investimento nas casas; talvez, inversamente, também porque se investiu, se permaneça. A permanência está também na base da construção das relações de vizinhança de que nos fala José, e é potenciadora de dinâmicas coletivas de sociabilidade e de lazer, como nos conta, a propósito das celebrações de S. João:

“Fazíamos aqui bailes de categoria, com bons conjuntos. (...) E depois, sabe como é, eu e outro fomos, aquele foi, o outro foi, aquele também foi, casou-se, foi viver pra outro lado e a gente... Depois começávamos a ter que fazer grandes deslocamentos, já às noites, chegar tão tarde a casa ... e oh pá, parou.”

Permanência e sentido de pertença parecem estar intimamente ligados, seja porque se sente que se pertence aos lugares por ali se terem construído, ao longo do tempo, memórias, afetividades e espaços de habitação, seja porque o sentido de pertença leve as pessoas a permanecer. Os vizinhos conhecem-se, relacionam-se, e é frequente existirem laços familiares dentro do mesmo bairro. Fernanda, residente do Bairro da Agra já citada, diz que ali toda a gente a conhece e que as pessoas dos bairros vizinhos lhe chamam “Fernanda da Linha” e identificam ao longe a sua casa amarela.

Por sua vez, este sentido de pertença parece autorizar intervenções sobre o espaço público, através da sua ocupação com pequenas construções e objetos, da sua ornamentação, limpeza e manutenção, ou ainda da sua utilização para atividades agrícolas, que constituem formas de apropriação e de cuidado por parte dos residentes.

A ideia de permanência como dimensão essencial do habitar, está patente na expressão inglesa *to dwell* [habitar, permanecer, demorar-se]. Nas línguas latinas, a relação entre o hábito e o habitar também nos remete para essa ligação e sugere-nos pensar o hábito como modo de habitar, ou conceber que o habitar se faça de hábitos. A observação de Sennett (2018), de que as pessoas se movem através de espaços e permanecem, habitam, se demoram [*dwell*] em lugares, aponta a permanência como dinâmica distintiva dos lugares; e é também a dimensão temporal intrínseca ao lugar, que Barata (2022, p. 22). enfatiza na sua definição de lugar como “espaço significado pelo tempo”.

Permanecer é uma condição do habitar, no sentido proposto por Lefebvre: o da apropriação e transformação do espaço pelos habitantes. É essa prática do habitar, desenvolvida no tempo, que produz a cidade enquanto “perpétua obra dos habitantes” (1968, p. 139). E muito embora seja o caráter efêmero e volátil dos lugares urbanos que Lefebvre evoca na sua proposta de reposicionamento do tempo acima do espaço, numa ideal cidade-obra, argumentamos que sem a permanência dos habitantes, essa transformação não ocorre.



FIGURA 3 – Canteiro

OBJETOS NO ESPAÇO PÚBLICO: APROPRIAÇÃO E CUIDADO

De seguida iremos debruçar-nos sobre outras formas de produção informal do espaço público, materializadas nos elementos que Rapoport designou como semifixos, ou móveis. De entre os numerosos exemplos registados, destacamos duas intervenções particularmente significativas, enquanto gestos de apropriação, produção e cuidado do espaço público.

O canteiro registado na imagem acima (Fig.3), situa-se em frente à casa da D. Maria da Glória. Com 90 anos a D. Maria da Glória desloca-se com a ajuda de um andarilho. Foi com certo orgulho que me contou que tinha sido ela a plantar o canteiro, do qual continua a ocupar-se com a ajuda da vizinha. O motivo que a levou a produzir aquele conjunto, constituído por uma acumulação de vasos em que cresce uma grande diversidade de plantas, não se resume à ornamentação. Explicou-me que antigamente as pessoas vinham ali colocar lixo, e que foi por isso que começou o canteiro. Resultou: em vez de lixo, agora existe um canteiro.

Este gesto espontâneo é revelador de uma relação com o espaço público que raramente se verifica em contextos urbanos mais formais, nos quais se assume que o cuidado dos espaços públicos é da responsabilidade das administrações locais, sendo percecionados como áreas que o indivíduo não tem legitimidade para modificar. O mesmo parece aplicar-se à personalização do exterior das habitações, quase inexistente. No entanto, segundo Rapoport (1990), é neste tipo de contextos mais regulamentados que os elementos móveis assumem maior importância, uma vez que é apenas a esse nível que subsiste algum espaço para a inscrição de significados por parte dos residentes.

Ao contrário, em contextos como os do presente estudo, existe frequentemente uma relação de porosidade entre espaços públicos e privados. Essa perceção, por parte dos habitantes, parece dar-lhes legitimidade para chamar a si a resolução de problemas do espaço público, bem como para personalização do exterior das suas casas, que assim se estendem para a rua. A casa de uma vizinha da D. Maria da Glória é disso um exemplo muito expressivo: para além dos vasos, uma diversidade de objetos ornamenta a fachada, desde elementos muito tradicionais, como as andorinhas ou os azulejos em que se inscreve o nome da família, a elementos simbólicos, relacionados com a história pessoal e a identidade da habitante (Fig. 6).



FIGURA 4 – Muro decorado.

Junto ao Bairro da Agra encontramos uma outra intervenção (Fig.4), fruto da ação decorativa de Fernanda. Também ali havia um problema de depósito de lixo, junto a um muro de pedra. Certo dia, Fernanda decidiu limpar o muro e começou a decorá-lo com objetos que tinha acumulado, do tempo em que vendia na Feira da Vandoma⁵. Por baixo, vasos improvisados albergam uma variedade de plantas. Fernanda disse-me que quis ser decoradora, “de interiores e exteriores.”

Os dois casos descritos são representativos de gestos informais de transformação, de cuidado e de projeção de identidades no espaço público, exemplos de dinâmicas em que os habitantes inscrevem significado nos ambientes através da sua personalização, tomando posse, completando-os, alterando-os (Rapoport, 1990). Para além da sua função de ornamento, os objetos assim colocados no espaço público, atuam também, segundo Sennett (2018), como marcadores de valor.

A intervenção de Fernanda ilustra particularmente bem uma passagem em que Rapoport enumera diferentes expressões do que designa como ‘significados dos utilizadores’, por oposição aos ‘significados dos designers’:

“(...) in fact, the whole modern movement in architecture can be seen as an attack on users' meaning - the attack on ornaments, on decoration, on "what-nots" in dwellings and "thingamabobs" in the garden, as well as the process of incorporating these elements into the environment.”(1990).

DO VALOR ESTÉTICO E POLÍTICO DA PARTICIPAÇÃO INFORMAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O envolvimento informal dos moradores na produção de espaços urbanos contribui para fazer do espaço público um território discursivo mais democrático, de comunicação, de encontro e de confronto com alteridades, que propomos inscrever na proposta de reapropriação do espaço, defendida por Lefèbvre (1968). Estas práticas vão também ao encontro da sua conceção da cidade enquanto obra - coletiva, espontânea e em constante recriação - particularmente relevante num contexto dominado por uma visão de cidade enquanto produto, como tão claramente evidencia a generalização do *branding* de cidades.

Muito embora não se sugira que estas práticas constituam necessariamente atos deliberadamente políticos, estas têm implicações políticas importantes. À luz do conceito de “partilha do sensível” (Rancière, 2000), estas práticas podem ser entendidas como redistribuições das formas de participação no comum, na medida em que configuram e

⁵ A Feira da Vandoma é uma feira histórica de objetos usados, de origem informal, que passou a ser regulamentada pela Câmara Municipal do Porto na década de 1980. Deslocada do centro histórico para Campanhã em 2016, irá brevemente ser novamente deslocada e alvo de uma reconceptualização por parte da Câmara Municipal, no sentido de uma maior formalização (Pinto, 2023).

FIGURA 5 – "Estética crua" [ESQ];
"Estética do cuidado" [DIR]



visibilizam possibilidades de participação que não se enquadram nos modelos dominantes de produção do espaço público.

No plano das representações, os registos das estéticas resultantes destas práticas possuem, por sua vez, um potencial discursivo político, nomeadamente para a articulação de contravisualidades (Mirzoeff, 2011)⁶. Desde logo, a sua inscrição no imaginário político constitui um contributo para um enfraquecimento do domínio e da naturalização das visualidades dominantes, indicando e valorizando outras possibilidades e outras existências, outras vivências, outros modelos, outras estéticas. Pretendemos, para além disto, afirmar o valor deste universo estético em particular, que procuraremos de seguida evidenciar.

A interceção da análise temática das conversas com os moradores, com a análise tipológica dos registos visuais revelou a convergência de dois temas recorrentes e relevantes, com duas categorias estéticas igualmente significativas: o tema da escassez e o tema do cuidado, já enunciados, encontram correspondência nas estéticas que denominamos, ainda antes da recolha dos discursos dos moradores, de "estética crua" e "estética do cuidado" (Fig. 5 e 6).

Estas estéticas, que muitas vezes se misturam nos mesmos objetos, inscrevem no espaço público duas dimensões caracterizadoras da vivência destes lugares, que de certo modo se sintetizam na ambivalência de um modo de construir e habitar que responde de forma generosa a um contexto de escassez, simultaneamente resultado de uma condição de pobreza e expressão de uma surpreendente riqueza estética e semântica. Se olharmos para este modo de produção no contexto de um sistema global dominante, que valoriza e instiga a competição e o lucro, vemo-las assumir um caráter subversivo.

Afirmamos que estas estéticas não só expandem o repertório visual identitário da cidade, mas também confrontam imaginários dominantes: seja o das arquiteturas genéricas, mudas e anónimas, espaços de "privação sensorial" (Pallasmaa, 2012) e de pobreza semântica; seja o imaginário diametralmente oposto (no sentido da sua valoração), da cidade espetáculo e das "estéticas polidas" (Han, 2018) que frequentemente caracterizam imagens promocionais e marcas de cidade.

Pode argumentar-se que se estejam a projetar, nestas práticas e estéticas, formas de resistência que insistentemente se procuram. Importa então inscrever a nossa procura numa sensibilidade coletiva, contextual e contemporânea, e de sublinhar assim a sua relevância enquanto sintoma social e político. Como nos diz Solà-Morales (2002), procuramos "refúgio nas margens da cidade" quando esta "nos oferece uma identidade abusiva, uma homogeneidade esmagadora, uma liberdade sob controlo".

Concluimos defendendo a importância de salvaguardar processos de participação informal na produção de espaços públicos, de garantir que possam continuar a existir nestes lugares e de criar condições para que possam acontecer noutros contextos. Paralelamente, a documentação e a disseminação destes universos estéticos irrepetíveis, gerados em circunstâncias sempre diferentes, deve garantir o resgate de imaginários relevantes para alimentar um olhar prospectivo sobre a cidade e o seu futuro.

6 Mirzoeff define o conceito de visualidade como o conjunto de meios estéticos através do qual um sistema dominante procura legitimar e naturalizar a sua visão do mundo; e o de contravisualidade como a asserção do direito de produzir um sentido autónomo da realidade, propondo, ao mesmo tempo, uma alternativa.

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, A.** (2022). *Para viver em qualquer mundo: nós, os lugares e as coisas*: Documenta.
- CRESPINO, J.** (2004). *A participação pública no sistema de gestão territorial à escala municipal*. Paper presented at the V Congresso da Geografia Portuguesa, Guimarães, Portugal.
- HAN, B.-C.** (2018). *Saving Beauty*: Polity Press.
- KRIVÝ, M., & KAMINER, T.** (2013). The participatory turn in urbanism. *Footprint* (Autumn 2013), 1-6.
- LEFEBVRE, H.** (1968). *Le droit à la ville*: SEUIL.
- LEFEBVRE, H.** (1992). *The Production of Space*: Wiley.
- MIRZOEFF, N.** (2011). *The Right to Look: A Counterhistory of Visuality*: Duke University Press.
- PALLASMAA, J.** (2012). *The Eyes of the Skin: Architecture and the Senses*: Wiley.
- PINTO, M. C.** (2023, 27/02/2023). "Vandoma do século XXI" passa para feiródromo de Campanhã em Abril de 2024. Público. Retrieved from <https://www.publico.pt/2023/02/27/local/noticia/vandoma-seculo-xxi-passa-feirodromo-campanha-abril-2024-2040430?fbclid=IwAR0FCif1Wele3BslyYbOEOJCY2FKezrwgX2K9pz7ktVh4MUzcN0ct9j8QSk>
- PURCELL, M.** (2016). Possible Worlds: Henri Lefebvre and the Right to the City. *Journal of Urban Affairs*, 36(1), 141-154. doi:10.1111/juaf.12034
- QUARTENAIRE.** (2019). *Master Plan Porto Oriental*. Retrieved from https://portaldomunicipio.cm-porto.pt/documents/20122/258663/MPE+Porto+Oriental_RF_22072019.pdf/630d2979-4cec-c622-b69e-34088a1ce2af?t=1611320289684
- RANCIÈRE, J.** (2000). *La partage du sensible: Esthétique et politique*: La fabrique éditions.
- RAPOPORT, A.** (1990). *The Meaning of the Built Environment: A Nonverbal Communication Approach*: The university of Arizona Press.
- RAPOSO, I., & JORGE, S.** (2017). Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século. *Espaços vividos*. *Construídos*, 1(6), 13-21. Retrieved from http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos/v1n6/Revista_completa_Capa.compressed.pdf
- REBELO, A. M., ALVELOS, H., & DOMINGUES, Á.** (2021). *The improvised city: contributions of informal dwelling towards an expanded paradigm of the metropolis. The case of Porto, Portugal*. Paper presented at the Keep it Simple, Make it Fast! - Do it Yourself Cultures and Global Challenges, Porto.
- REBELO, A. M., ALVELOS, H., & DOMINGUES, Á.** (2023). Capitalist Visuality: Branding, Architecture, and Its Visual Reproduction. A Case Study in the City of Porto. In *Perspectives on Design and Digital Communication III* (pp. 241-253).
- SENNETT, R.** (2018). *Building and Dwelling: Ethics for the City*: Penguin Books Limited.
- SKLAIR, L.** (2006). Iconic architecture and capitalist globalization. *City*, 10(1), 21-47. doi:10.1080/13604810600594613
- SOLÁ-MORALES, I. d.** (2002). Terrain-vague. In *Territorios* (pp. 181-193): Gustavo Gili.
- SOUSA, M., & SOUTO, H.** (2021, 02/05/2021). O mito da renda acessível. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2021/05/02/p3/noticia/mito-renda-acessivel-1960391>
- TEIXEIRA, M. C.** (2018). *Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*: Edições Afrontamento.
- TURNER, J. F. C., & FICHTER, R.** (1972). *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*: Macmillan.